



Lei Orgânica
do Município de
Paratyba do Sul



LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO DE
PARAÍBA DO SUL

PARAÍBA DO SUL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1990



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL

PROMULGADA EM 05 DE ABRIL DE 1990 (*)

**DIGITADO PARA INSERÇÃO EM MÍDIA MAGNÉTICA PELA
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL**

Digitação : TAMAR DOS SANTOS LEAL

Revisão : ADILSON DE ASSIS ALVIM

**(*) COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS RESOLUÇÕES DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL:**

**Nº 568-A, de 27 de dezembro de 1990
Nº 576, de 11 de abril de 1991
Nº 766, de 17 de junho de 1996
Nº 776, de 20 de fevereiro de 1997**

**Câmara Municipal
Praça Carmela Dutra, 96 - ☎ (24) 263-2393
CEP 25850-000 - Paraíba do Sul – RJ**

A G R A D E C I M E N T O

Ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM

À Ordem dos Advogados do Brasil

Ao Senador Alfredo Campos

Ao Senador Nelson Carneiro

Ao COMAMPS - Conselho Municipal das Associações de Moradores de
Paraíba do Sul

Ao Pe. Pedro Higino Dias Diniz, Pároco da Matriz de São Pedro e São Paulo

À EMATER- RIO - Serviço de Extensão Rural pela valiosa colaboração que
ofereceu à Câmara Municipal

À Comunidade local pela participação

Ao Professor Marcelo e Cibele de Ipanema

Ao Governo Municipal

Prefeito RONALDO DE OLIVEIRA SANTOS

Vice - Prefeito : Dr. Celso da Motta Barros

COMISSÃO ESPECIAL E SUBCOMISSÕES

Presidente da Comissão Especial : Laerte Nilto dos Santos

Vice- Presidente da C. Especial: Waldir Ferreira Barbosa

Relator e Relatores Adjuntos:

João Batista da Silva - Presidente

Maria Auxiliadora Guimarães Aguiar - Auxiliar

José Carlos Ferreira Gonçalves - Auxiliar

SUBCOMISSÕES TEMÁTICAS:

Subcomissão Municipal e Microrregional:

Fernando José da Silva Leal - Presidente

José Carlos Ferreira Gonçalves - Vice-presidente

Maria Minervina Dutra - Membro

Subcomissão de Ordem Econômica

José Carlos Ferreira Gonçalves

Yêda do Espírito Santo - Vice- presidente

Carlos Fernandes Domingues - Membro

Subcomissão da Câmara Municipal

Maria Auxiliadora Guimarães Aguiar

Laerte Nilto dos Santos

João Batista da Silva

Subcomissão de Turismo Esporte e Lazer

Carlos Fernandes Domingues

Waldir Ferreira Barbosa - Vice- presidente

Fernando José da Silva Leal - Membro

Subcomissão de Saúde, Educação e Cultura

Maria Minervina Dutra - Presidente

Maria Auxiliadora Guimarães Aguiar - Vice-Presidente

Yêda do Espírito Santo da Silveira - Membro

Subcomissão de Ecologia, Agricultura e Agropecuária

João Batista da Silva - Presidente

Laerte Nilto dos Santos - Vice-presidente

Waldir Ferreira Barbosa - Membro

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1989.

Esta Lei Orgânica Municipal, elaborada pelos Vereadores Constituintes, nesta data de 5 de abril de 1990, à Câmara Municipal é composta de 13 vereadores:

- 1 - Alexandre Gonçalves Ferreira Filho - Presidente
- 2 - João José da Silva Leal - Vice-presidente
- 3 - Laerte Nilto dos Santos - 1º Secretário
- 4 - João Batista da Silva - 2º Secretário
- 5 - Carlos Fernandes Domingues
- 6 - Fernando José da Silva Leal
- 7 - Yêda do Espírito Santo da Silveira
- 8 - Jair Santana
- 9 - José Geraldo Bernardes
- 10 - José Carlos Ferreira Gonçalves
- 11 - Maria Auxiliadora Guimarães Aguiar
- 12 - Maria Minervina Dutra
- 13 - Waldyr Ferreira Barbosa

COMISSÃO ESPECIAL DA LEI ORGÂNICA:

Laerte Nilto dos Santos	Presidente
Waldyr Ferreira Barbosa	Vice-Presidente
João Batista da Silva	Relator-Geral
Maria Auxiliadora Guimarães Aguiar	Relator-Adjunto
José Carlos Ferreira Gonçalves	Relator-Adjunto, 1º Turno
Fernando José da Silva Leal	Relator-Adjunto, 2º Turno

Paraíba do Sul, em 05 de abril de 1990.

SUMÁRIO

PREÂMBULO	12
TÍTULO I Disposições Preliminares Arts. 1º ao 6º	13
TÍTULO II Da Competência Municipal Arts. 7º e 8º	14
TÍTULO III Do Governo Municipal	
CAPÍTULO I Dos Poderes Municipais Art. 9º	16
CAPÍTULO II Do Poder Legislativo	
SEÇÃO I Da Câmara Municipal Arts. 10 e 12	16
SEÇÃO II Da Posse Art. 13	17
SEÇÃO III Das atribuições da Câmara Municipal Arts. 14 e 15	17
SEÇÃO IV Do Exame público das Contas Municipais Arts. 16 e 17	20
SEÇÃO V Da Remuneração dos Agentes Políticos Arts. 18 a 23	21
SEÇÃO VI Da Eleição da Mesa Art. 24	22
SEÇÃO VII Das Atribuições da Mesa Art. 25	22

SEÇÃO VIII	
Das Sessões	
Arts. 26 a 30	23
SEÇÃO IX	
Das Comissões	
Arts. 31 a 33	24
SEÇÃO X	
Do Presidente da Câmara Municipal	
Arts. 34 e 35	25
SEÇÃO XI	
Do Vice-Presidente da Câmara Municipal	
Art. 36	25
SEÇÃO XII	
Do Secretário da Câmara Municipal	
Art. 37	26
SEÇÃO XIII	
Dos Vereadores	
Subseção I	
Disposições Gerais	
Arts. 38 a 40	26
Subseção II	
Das Incompatibilidades	
Arts. 41 e 42	26
Subseção III	
Do Vereador Servidor Público	
Art. 43	27
Subseção IV	
Das Licenças	
Art. 44	28
Subseção V	
Da Convocação dos Suplentes	
Art. 45	28
Seção XIV	
Do Processo Legislativo	
Subseção I	
Disposições Gerais	
Art. 46	28
Subseção II	
Das Emendas à Lei Orgânica Municipal	
Art. 47	29

Subseção III	
Das Leis	
Arts. 48 a 59	29
CAPÍTULO III	
Do Poder Executivo	
SEÇÃO I	
Do Prefeito Municipal	
Arts. 60 a 63	32
SEÇÃO II	
Proibições	
Art. 64	32
SEÇÃO III	
Das Licenças	
Arts. 65 e 66	33
SEÇÃO IV	
Das Atribuições do Prefeito	
Art. 67	33
SEÇÃO V	
Da Responsabilidade do Prefeito	
Arts. 68 e 69	35
SEÇÃO VI	
Dos Auxiliares Diretos do Prefeito Municipal	
Art. 70 a 72	35
SEÇÃO VII	
Da Transição Administrativa	
Arts. 73 e 74	36
SEÇÃO VIII	
Da Consulta Popular	
Arts. 75 a 78	37
TÍTULO IV	
Da Ordem Econômica e Social	
CAPÍTULO I	
Da Administração Municipal	
Arts. 79 a 87	37
CAPÍTULO II	
Dos Servidores Públicos Municipais	
Arts. 88 a 93	38
CAPÍTULO III	
Dos Atos Municipais	
Arts. 94 e 95	39

CAPÍTULO IV Dos Tributos Municipais Arts. 96 a 104	40
CAPÍTULO V Dos Preços Públicos Arts. 105 e 106	42
CAPÍTULO VI Dos Orçamentos	
SEÇÃO I Disposições Gerais Arts. 107 a 109	41
SEÇÃO II Das Vedações Orçamentárias Art. 110	43
SEÇÃO III Das Emendas aso Projetos Orçamentários Art. 111	44
SEÇÃO IV Da Execução Orçamentária Art. 112 a 115	45
SEÇÃO V Da Gestão da Tesouraria Arts. 116 a 118	46
SEÇÃO VI Da Organização Contábil Art, 119 a 120	46
SEÇÃO VII Das Contas Municipais Art. 121	46
SEÇÃO VIII Da Prestação e Tomada de Contas Art. 122	47
SEÇÃO IX Do Controle Interno Integrado Art. 123	47
CAPÍTULO VII Da Administração dos Bens Patrimoniais Arts. 124 e 132	48

CAPÍTULO VIII Das Obras e Serviços Públicos Arts. 133 e 145	48
CAPÍTULO IX Do Planejamento Municipal	
SEÇÃO I Disposições Gerais Arts. 146 a 151	51
SEÇÃO II Da Cooperação das Associações no Planejamento Municipal Art. 152 a 154	52
CAPÍTULO X Das Políticas Municipais	
SEÇÃO I Da Política de Saúde Art. 155 a 164	53
SEÇÃO II Da Política da Educação Art. 165 e 184	56
SEÇÃO III Da Política da Cultura Art. 185 a 191	59
SEÇÃO IV Da Política do Turismo, do Desporto e Lazer Arts. 192 a 196	60
SEÇÃO V Da Política Econômica Art. 197 a 207	61
SEÇÃO VI Da Política Urbana Arts. 208 a 215	63
SEÇÃO VII Da Política do Meio Ambiente e Agropecuária Arts. 216 a 226	65
SEÇÃO VIII Da Segurança Pública Art. 227 a 229	67
TÍTULO V Disposições Finais e Transitórias Art. 1º a 13	69

P R E Â M B U L O

Nós, vereadores Municipais Constituintes, no pleno exercício dos poderes outorgados pelo art. 21, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias , da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de outubro de 1989 reunidos em assembléia e exercendo nosso mandato em perfeito acordo com a vontade política dos cidadãos deste Município, quanto a ser construída uma ordem jurídica democrática, voltada a mais ampla defesa da liberdade e da igualdade de todos os munícipes, dentro dos limites autorizados pelos princípios constitucionais que disciplinam a Federação Brasileira, promulgamos sob a proteção de Deus a presente.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARAIBA DO SUL

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - O Município de Paraíba do Sul, pessoa jurídica de direito público privado interno, é unidade territorial que integra a Organização Político-Administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º - O território do Município poderá ser dividido em Distritos criados, organizados e suprimidos por Lei Municipal, observada a Legislação Estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 3º - O Município integra a divisão administrativa do Estado.

Art. 4º - A sede do município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de Vila.

Art. 5º - Constituem bens do município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Parágrafo único - O Município tem direito à participação no resultado de exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.

Art. 6º - São símbolos do município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura história.

TÍTULO II

Da Competência Municipal

Art. 7º - Compete ao Município:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a Legislação Federal e a Estadual no que couber:

III - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei:

IV - Criar, organizar e suprimir Distritos, observados o disposto nesta Lei Orgânica e na legislação estadual pertinente;

V - Instituir a Guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

VI - Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

- a) Transporte coletivo urbano e intermunicipal, que terá caráter essencial;
- b) Abastecimento de água e esgotos sanitários;
- c) Mercados, feiras e matadouros locais;
- d) Cemitérios e serviços funerários;
- e) Iluminação pública;
- f) Limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo;

VII - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental;

VIII - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

IX - Promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

X - Promover a cultura e a recreação;

XI - Fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;

XII - Preservar as florestas, a fauna e a flora;

XIII - Realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixados em lei municipal;

XIV - Realizar programas de apoio às praticas desportivas;

XV - Realizar programas de alfabetização;

XVI - Realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndio e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;

XVII - Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XVIII - Elaborar e executar o plano diretor;

XIX - Executar obras de :

- a) Abertura, pavimentação e conservação de vias;
- b) Drenagem pluvial;
- c) Construção e conservação de estradas, parques e jardins e hortos florestais;
- d) Construção e conservação de estradas vicinais;
- e) Edificação e conservação de prédios públicos municipais;

XX - Fixar :

- a) Tarifas dos serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis;
- b) Horário de funcionamento dos estabelecimento industriais, comerciais e de serviços;

XXI - Sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;

XXII - Regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;

XXIII - Conceder licença para :

- a) Localização, instalação e funcionamento de estabelecimento industriais , comerciais e de serviços;
- b) A fixação de cartazes letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propaganda;
- c) Exercício de comércio eventual ou ambulante;
- d) Realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos, observadas as prescrições legais;
- e) Prestação de serviços de táxis.

Art. 8º - Além das competências previstas no artigo anterior, o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no artigo 23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.

TÍTULO III Do Governo Municipal

CAPÍTULO I Dos Poderes Municipais

Art. 9º - O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

Parágrafo único - É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II Do Poder Legislativo

SEÇÃO I Da Câmara Municipal

Art. 10 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores, eleitos para cada legislatura, entre cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

Parágrafo único - Cada legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos.

Art. 11 - O número de Vereadores será fixado pela Câmara Municipal observados os limites estabelecidos na Constituição Federal e as seguintes normas:

I - A Câmara Municipal, guardada a proporcionalidade com a população do Município, compõe-se de 13 (treze) Vereadores;

II - O número de habitantes a ser utilizado como base de cálculo do número de Vereadores será aquele fornecido, mediante certidão, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

III - O número de Vereadores será fixado mediante decreto legislativo até o final da sessão legislativa do ano que anteceder as eleições; (1)

IV - A Mesa da Câmara enviará ao Tribunal Regional Eleitoral, logo após sua edição, cópia do decreto legislativo de que trata o inciso anterior.

Art. 12 - Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

(1) Suprimido pela Resolução nº 766, de 17 de junho de 1996.

SEÇÃO II

Da Posse

Art. 13º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1º de janeiro do primeiro ano da Legislatura, para a posse de seus membros.

§ 1º - Sob a presidência do vereador mais idoso entre os presentes, os demais Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse, cabendo ao Presidente prestar o seguinte compromisso:

"Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem estar do seu povo".

§ 2º - Prestado o compromisso pelo Presidente, o Secretário que for designado para esse fim fará a chamada nominal de cada Vereador, que declarará:

"Assim o Prometo"

§ 3º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§ 4º - No ato da posse, os Vereadores deverão desimcompatibilizar-se e fazer declaração de seus bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.

SEÇÃO III

Das Atribuições da Câmara Municipal

Art. 14 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I - Assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual no que diz respeito:

- a) à saúde, à assistência pública e à proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;
- b) à proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, com os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;
- c) a impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município;
- d) à abertura de meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- e) à proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;
- f) ao incentivo à indústria e ao comércio;
- g) à criação de distritos industriais;
- h) ao fomento da produção agropecuária e à organização do abastecimento alimentar;

- i) à promoção de programas de construção de moradias, Melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico;
- j) ao combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- l) ao registro, ao acompanhamento e à fiscalização das concessões de pesquisas e exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;
- m) ao estabelecimento e à implantação da política de educação para o trânsito;
- n) à cooperação com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar, atendidas as normas fixadas em lei Complementar Federal;
- o) ao uso e ao armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;
- p) às políticas públicas do Município;

II - Tributos Municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III - Orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - Obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamento;

V - Concessão de auxílios e subvenções;

VI - Concessão e permissão de serviços públicos;

VII - Concessão de direito real de uso de bens municipais;

VIII - Alienação e concessão de bens imóveis;

IX - Aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação;

X - Criação, organização e supressão de Distritos, observada a legislação estadual;

XI - Criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação da respectiva remuneração;

XII - Plano Diretor;

XIII - Alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XIV - Guarda Municipal destinada a proteger bens, serviços e instalações do Município;

XV - Ordenamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;

XVI - Organização e prestação de serviços.

Art. 15 - Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno;

II - Elaborar o seu regimento Interno;

III - Fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observando-se o disposto no inciso V do artigo 29 da Constituição Federal e o estabelecido nesta Lei Orgânica;

IV - Exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas ou órgão estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

V - Julgar as contas anuais do município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;

VI - Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VII - Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;

VIII - Autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;

IX - Mudar temporariamente a sua sede;

X- Fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os de administração indireta e funcional;

XI - Proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

XII - Processar e julgar os Vereadores, na forma desta Lei Orgânica;

XIII - Representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus membros, contra o Prefeito, o Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública de que tiver conhecimento;

XIV - Dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em lei;

XV - Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;XVI - Criar comissões especiais de inquérito sobre o fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal, sempre que o requerer pelo menos 1/3 (um terço) dos membros da Câmara;

XVII - Convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XVIII - Solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes à Administração;

XIX - Autorizar referendo e convocar plebiscito;

XX - Decidir sobre a perda do mandato de Vereador, por voto secreto e maioria absoluta, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica;

XXI - Conceder título honorífico à pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município mediante decreto legislativo aprovado pela maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros;

§ 1º - É fixado em 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração direta e indireta do Município prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal, na forma desta Lei Orgânica;

§ 2º - O não atendimento no prazo estipulado no parágrafo anterior faculta ao Presidente da Câmara solicitar, na conformidade da Legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação;

SEÇÃO IV

Do Exame Público das Contas Municipais

Art. 16 - As contas do Município ficarão à disposição os cidadãos durante 60 (sessenta) dias, a partir de 15 (quinze) de abril, de cada exercício, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

§ 1º - A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independentemente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade.

§ 2º - A consulta só poderá ser feita no recinto da Câmara e haverá pelo menos 3 (três) cópias à disposição do público;

§ 3º - A reclamação apresentada deverá :

I - Ter a identificação e a qualificação do reclamante;

II - Ser apresentada em 4 (quatro) vias no protocolo da Câmara;

III - Conter elementos e provas nas quais se fundamenta o reclamante.

§ 4º - As vias de reclamação apresentadas no protocolo da Câmara terão a seguinte destinação:

I - A primeira via deverá ser encaminhada pela Câmara ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente, mediante ofício;

II - A Segunda via deverá ser anexada às contas à disposição do público pelo prazo que restar ao exame e apreciação;

III - A terceira via se constituirá em recibo do reclamante e deverá ser autenticada pelo servidor que a receber no protocolo;

IV - A quarta via será arquivada na Câmara Municipal;

§ 5º - A anexação da segunda via, de que trata o inciso II do § 4º deste artigo, independerá do despacho de qualquer autoridade e deverá ser feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo servidor que a tenha recebido no protocolo da Câmara, sob pena de suspensão, sem vencimentos, pelo prazo de 15 (quinze) dias;

Art. 17 - A Câmara Municipal enviará ao reclamante cópia de correspondência que encaminhou ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

SEÇÃO V

Da Remuneração dos Agentes Políticos

Art. 18 - A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal no último ano de legislatura, até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, vigorando para a legislatura seguinte, observado o disposto na Constituição Federal.

Art. 19 - A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos vereadores será fixada determinando-se o valor em moeda corrente no país, vedada qualquer vinculação.

§ 1º - A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.

§ 2º - A verba de representação do Prefeito Municipal não poderá exceder a 2/3 (dois terços) de seus subsídios.

§ 3º - A remuneração de que trata este artigo será atualizada pelo índice de inflação, com a periodicidade estabelecida no decreto legislativo e na resolução fixadores;

§ 4º - A verba de representação do Vice-Prefeito não poderá exceder a que for fixado para o Prefeito Municipal.

§ 5º - A remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa e parte variável, vedados acréscimos a qualquer título.

§ 6º - A verba de representação do Presidente da Câmara, não poderá exceder a que for fixada para o Prefeito Municipal. (2)

Art. 20 - A remuneração dos Vereadores terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo Prefeito Municipal.

(2) Com a redação dada pela Resolução nº 776, de 20 de fevereiro de 1997.

Art. 21 - Poderá ser prevista remuneração para as sessões extraordinárias, desde que observado o limite fixado no artigo anterior.

Art. 22 - A não fixação da remuneração do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e dos Vereadores até a data prevista nesta Lei Orgânica implicará suspensão do pagamento de remuneração dos Vereadores pelo restante do mandato.

Parágrafo Único - No caso de não fixação prevalecerá a remuneração do mês de dezembro do último ano de legislatura, sendo este o valor atualizado monetariamente pelo índice oficial.

Art. 23 - A lei fixará critérios de indenização de despesas de viagens do Prefeito e dos Vereadores.

Parágrafo Único - A indenização de que trata este artigo não será considerada como remuneração.

SEÇÃO VI

Da Eleição da Mesa

Art. 24 - Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - O mandato da mesa será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 2º - Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa, o Vereador mais idoso entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias ate que seja eleita a Mesa.

§ 3º - Caberá ao regimento Interno da Câmara Municipal dispor sobre a composição da Mesa Diretora e, subsidiariamente, sobre a eleição;

§ 4º - Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, quando faltoso, omissivo, ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o regimento Interno da Câmara Municipal dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro destituído.

SEÇÃO VII

Das Atribuições da Mesa

Art. 25 - Compete à mesa da Câmara Municipal, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno:

I - Enviar ao prefeito Municipal, até o primeiro dia de março, as contas do exercício anterior;

II - Propor ao plenário Projetos de Resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação de respectiva remuneração, observadas as determinações legais;

III - Declarar a perda de mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de qualquer dos membros da Câmara, nos casos previstos nos incisos de I a VIII do artigo 42 desta Lei Orgânica, assegurada ampla defesa nos termos do Regimento Interno;

IV - Elaborar e encaminhar ao Prefeito, até o dia 31 (trinta e um) de agosto, após aprovação do plenário, a proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do município, prevalecendo, na hipótese de não aprovação pelo plenário, a proposta elaborada pela Mesa.

Parágrafo Único - A Mesa decidirá sempre por maioria de seus membros.

SEÇÃO VIII **Das Sessões**

Art. 26 - A sessão legislativa anual desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, independente de convocação.

§ 1º - As reuniões marcadas para as datas estabelecidas no **caput** serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido nesta Lei Orgânica e na Legislação específica.

Art. 27 - As sessões da Câmara Municipal deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que realizarem fora dele.

§ 1º - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas sessões em outro local por decisão do Presidente da Câmara.

§ 2º - As reuniões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 28 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo de preservação do decoro parlamentar.

Art. 29 - As sessões somente poderão ser abertas pelo Presidente da Câmara ou por outro membro da Mesa, ou na falta destes pelo vereador mais idoso dentre os presentes, com a presença mínima de 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo Único - Considerar-se-á presente o Vereador que assinar o livro de presença até o início da ordem do dia e participar das votações.

Art. 30 - A convocação extraordinária, da Câmara dar-se-á:

I - Pelo Prefeito Municipal, quando este a entender necessária;

II - Pelo Presidente da Câmara;

III - A requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Na sessão legislativa extraordinária , a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria para a qual foi convocada.

SEÇÃO IX Das Comissões

Art. 31 - A Câmara Municipal terá Comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

§ 1º - Em cada Comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

§ 2º - Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - Discutir e votar Projeto de Lei que dispensar, na forma do regimento a competência do Plenário, salvo se houver recursos de 1/10 (um décimo) dos membros da Câmara.

II - Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - Convocar Secretários Municipais ou ocupantes da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV - Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das entidades ou autoridades públicas;

V - Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - Apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

VII - Acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração de proposta orçamentárias, bem como a sua posterior execução.

Art. 32 - As Comissões Especiais de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 33 - Qualquer entidade de sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo único - O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

SEÇÃO X

Do Presidente da Câmara Municipal

Art. 34 - Compete ao Presidente da Câmara, além de outras atribuições estipuladas no Regimento Interno.

- I - Representar a Câmara Municipal;
- II - Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;
- III - Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
- IV - Promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberam sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário e não tenham sido promulgadas pela Câmara Municipal;
- V - Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos e as leis por ele promulgadas;
- VI - Declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VII - Apresentar ao plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balanço relativo aos recursos recebidos e às despesas realizadas no mês anterior;
- VIII - Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;
- IX - Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em lei;
- X - Designar Comissões especiais nos termos regimentais, observadas as indicações partidárias;
- XI - Mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;
- XII - Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
- XIII - Administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área da gestão.

Art. 35 - O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses:

- I - Na eleição da Mesa Diretora;
- II - Quando a matéria exigir, para a sua aprovação, os votos favoráveis de 2/3 (dois terços) ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;
- III - Quando ocorrer empate em qualquer votação do plenário.

SEÇÃO XI

Do Vice-Presidente da Câmara Municipal

Art. 36 - Ao Vice-Presidente compete, além das atribuições contidas no regimento Interno, as seguintes:

I - Substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;

II - Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos que o Presidente, ainda que em exercício, deixar de fazê-lo no prazo estabelecido;

III - Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as lei quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo, sob pena de perda de mandato de membro da Mesa.

SEÇÃO XII

Do Secretário da Câmara Municipal

Art. 37 - Ao secretário compete, além das atribuições contidas no Regimento Interno, as seguintes:

I - Redigir a ata das sessões secretas e das reuniões da Mesa;

II - Acompanhar e supervisionar a redação das atas das demais sessões e proceder à sua leitura;

III - Fazer a chamada dos Vereadores;

IV - Registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno;

V - Fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhos;

VI - Substituir os demais membros da Mesa, quando necessário.

SEÇÃO XIII

Dos Vereadores

SUBSEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 38 - Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 39 - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações.

Art. 40 - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

SUBSEÇÃO II

Das Incompatibilidades

Art. 41 - Os Vereadores não poderão:

I - Desde a expedição do diploma:

a) Firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis **ad nutum**, nas entidades constantes da alínea anterior.

II - Desde a posse:

a) Ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nele exercer função remunerada;

b) Ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis **ad nutum** nas entidades referidas na alínea "a" do inciso I, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalente;

c) Patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I;

d) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 42 - Perderá o mandato de Vereador:

I - Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III- Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou missão oficial autorizada;

IV - Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - Quando a Justiça Eleitoral decretar, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - Que deixar de residir no Município;

VIII - Que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

§ 1º - Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II, VI, VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto escrito e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos dos Incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

SUBSEÇÃO III

Do Vereador Servidor Público

Art. 43 - O exercício de vereança por servidor público se dará de acordo com as determinações da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O vereador ocupante de cargo, emprego ou função pública municipal é inamovível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

SUBSEÇÃO IV

Das Licenças

Art. 44 - O vereador poderá licenciar-se:

I - Por motivos de saúde, devidamente comprovados;

II - Para tratar de interesse particular, desde que o período de licença não seja superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.

§ 1º - Nos casos dos incisos I e II, não poderá o Vereador reassumir antes que se tenha escoado o prazo de sua licença.

§ 2º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I.

§ 3º - O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado.

§ 4º - O afastamento para desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como licença, fazendo o Vereador jus à remuneração estabelecida.

SUBSEÇÃO V

Da Convocação dos Suplentes

Art. 45 - Nos casos de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, far-se-á a convocação do suplente pelo Presidente da Câmara.

§ 1º - O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

SEÇÃO XIV

Do Processo Legislativo

SUBSEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 46 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - Emenda à Lei Orgânica Municipal;

II - Leis Complementares;

III - Leis Ordinárias;

IV - Decretos Legislativos;

V - Resoluções.

SUBSEÇÃO II

Das Emendas à Lei Orgânica Municipal

Art. 47 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - De 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - Do Prefeito Municipal;

III - De iniciativa popular.

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em 2 (dois) turnos de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver em ambos, 2/3 (dos terços) dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

SUBSEÇÃO III

Das Leis

Art. 48 - A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 49 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das Leis que versem sobre:

I - Regime jurídico dos servidores;

II - Criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III - Orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

Art. 50 - A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de Lei subscrito por, no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.

§ 1º - A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se para o seu recebimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do bairro, da cidade ou do Município.

§ 2º - A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§ 3º - Caberá ao regimento Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão definidos na Tribuna da Câmara.

Art. 51 - São objetos de Leis Complementares as seguintes matérias:

- I - Código Tributário Municipal;
- II - Código de Obras ou de Edificações;
- III - Código de Posturas;
- IV - Código de Zoneamento;
- V - Código de Parcelamento de Solo;
- VI - Plano Diretor;
- VII - Regime Jurídico dos Servidores.

Parágrafo Único - As Leis Complementares exigem para a sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 52 - Não será admitido aumento da despesa prevista:

I - Nos projetos de iniciativa popular e nos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvados, neste caso, os projetos de leis orçamentárias;

II - Nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 53 - O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no caput deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto medida provisória, veto e leis orçamentárias.

§ 2º - O prazo referido neste artigo não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de codificação.

Art. 54 - O Projeto de Lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu Presidente ao Prefeito Municipal que concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º - Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

§ 2º - Se o Prefeito Municipal considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á no total ou parcialmente, no prazo

de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara o motivo do veto.

§ 3º - O veto parcial somente abrangerá texto integral do artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 4º - O veto será apreciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados do seu recebimento, com parecer ou sem ele, em uma única discussão e votação.

§ 5º - O veto somente será rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, mediante votação secreta.

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo previsto no § 4º, deste artigo, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, exceto medida provisória.

§ 7º - Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 8º - Se o Prefeito Municipal não promulgar a Lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 9º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

Art. 55 - A matéria constante do Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo Projeto, na mesa da sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 56 - A resolução destina-se a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Art. 57 - O decreto legislativo destina-se a regular matéria de competência exclusiva da Câmara que produza efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Art. 58 - O processo legislativo das resoluções e dos decretos legislativos se dará conforme determinado no Regimento Interno da Câmara, observados, no que couber, o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 59 - O cidadão que o desejar poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão.

§ 1º - Ao se inscrever, o cidadão deverá fazer referência à matéria sobre a qual falará, não lhe sendo permitido abordar temas que não tenham sido expressamente mencionados na inscrição.

§ 2º - Caberá ao Presidente da Câmara fixar o número de cidadãos que poderão fazer uso da palavra em cada sessão.

§ 3º - O Regimento Interno da Câmara estabelecerá as condições e requisitos para uso da palavra pelos cidadãos.

CAPÍTULO III ***Do Poder Executivo***

SEÇÃO I ***Do Prefeito Municipal***

Art. 60 - O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, com funções políticas executivas e administrativas.

Art. 61 - O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos simultaneamente, para cada legislatura, por eleição direta, em sufrágio universal e secreto.

Art. 62 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal, ocasião em que prestarão o seguinte compromisso: (3)

"Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, promover o bem geral dos municípios e exercer o cargo sob inspiração da democracia, da legitimidade e da legalidade".

§ 1º - Se até o dia 10 (dez) de janeiro o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Câmara Municipal, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º - Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, as quais serão transcritas em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para o conhecimento público.

§ 4º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação local, auxiliará o Prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais e o substituirá, nos casos de licença, e o sucederá no caso de vacância do cargo.

Art. 63 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, a vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - A recusa do Presidente em assumir a Prefeitura implicará perda do mandato que ocupa na Mesa Diretora.

SEÇÃO II ***Proibições***

Art. 64 - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda do mandato:

(3) Com a redação dada pela Resolução nº 576, de 11 de abril de 1991.

I - Firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público Municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível **ad nutum**, na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal;

III - Ser titular de mais de um mandato eletivo;

IV - Patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

V - Ser proprietário, controlador ou diretor de empresas que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

VI - Fixar residência fora do Município.

SEÇÃO III

Das Licenças

Art. 65 - O Prefeito não poderá ausentar-se do Município, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do mandato, salvo por período inferior a 15 (quinze) dias.

Art. 66 - O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada.

Parágrafo Único - No caso deste artigo e de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado fará jus à sua remuneração integral.

SEÇÃO IV

Das Atribuições do Prefeito

Art. 67 - Compete privativamente ao Prefeito:

I - Sancionar, votar, promulgar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

II - Nomear e exonerar seus auxiliares para cargos ou funções de livre nomeação e exoneração;

III - Prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da Lei;

IV - Encaminhar à Câmara Municipal o plano plurianual, o projeto de Lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento;

- V - Celebrar acordos e convênios com a União, Estados e Municípios;
- VI - Encaminhar à Câmara Municipal projetos de Lei de sua exclusiva iniciativa e outros de interesse da administração;
- VII - Remeter mensagem à Câmara Municipal por ocasião da inauguração da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando medidas que julgar necessárias;
- VIII - Executar e fazer cumprir as leis, resoluções e atos municipais;
- IX - Planejar, organizar e dirigir obras e serviços públicos locais;
- X - Prestar contas de administração e publicar balanços nos prazos estabelecidos em lei;
- XI - Representar o Município como pessoa jurídica de direito público interno e como entidade político-administrativa integrante da organização nacional e do território do Estado;
- XII - Prestar anualmente à Câmara Municipal, dentro de 30 (trinta) dias após a abertura da Sessão Legislativa, as contas relativas ao exercício anterior, acompanhadas de inventários e balancetes orçamentários, econômico e patrimonial;
- XIII - Convocar extraordinariamente a Câmara Municipal;
- XIV - Autorizar a utilização de bens públicos municipais na forma prevista na Constituição estadual, desta Lei e das leis específicas, bem como a execução de serviços públicos, por terceiros, mediante permissão ou concessão;
- XV - Instituir servidores e estabelecer restrições administrativas;
- XVI - Fazer publicar os atos oficiais e dar publicidade, de modo regular, pela imprensa local ou por outros meios de divulgação, aos atos da administração, inclusive aos resumos de balancetes e ao relatório anual;
- XVII - Encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XVIII - Colocar à disposição da Câmara Municipal os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais até o dia 20 (vinte) de cada mês, na forma da legislação financeira complementar;
- XIX - Fixar os preços dos serviços públicos, inclusive os delegados ;
- XX - Abrir créditos extraordinários, nos casos de calamidade pública, comunicando o fato à Câmara Municipal na primeira sessão desta;
- XXI - Contrair empréstimos internos ou externos, após autorização pela Câmara Municipal, observado o disposto na legislação federal;
- XXII - Solicitar auxílio da força pública do Estado, para garantia do cumprimento de seus atos;

XXIII - Superintender a arrecadação dos tributos, preços e outras rendas, bem como a guarda e aplicação de receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara Municipal;

XXIV - Dispor sobre a estruturação e organização dos serviços municipais, observadas as formas básicas estabelecidas em lei;

XXV - Comparecer à Câmara Municipal, por sua própria iniciativa, para prestar os esclarecimentos que julgar necessários sobre o andamento dos negócios municipais;

XXVI - Delegar, por decretos, atribuições de natureza administrativa aos Secretários Municipais ou a outras autoridades, que observarão os limites traçados nas delegações;

XVII - Praticar todos os atos de administração, bem como evocar e decidir, por motivo relevante, qualquer assunto na esfera de Administração Municipal, nos limites de competência do Executivo;

XXVIII - Autorizar aplicações de recursos públicos disponíveis, no mercado aberto, obedecendo o seguinte:

- a) As aplicações de que trata este inciso far-se-ão prioritariamente, em títulos da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro, ou de responsabilidade de suas instituições financeiras, ou em outros títulos da dívida pública, sempre por intermédio do estabelecimento bancário oficial do estado do Rio de Janeiro ou Banco do Brasil S/A;
- b) As solicitações referidas na alínea anterior não poderão ser realizadas em detrimento de execução orçamentária programada e do andamento de obras ou do funcionamento de serviços públicos, nem determinar atraso no processo de pagamento de despesa pública à conta dos mesmos recursos;
- c) O resultado das aplicações efetuadas na forma deste inciso será levado à conta do Tesouro Municipal.

SEÇÃO V

Da Responsabilidade do Prefeito

Art. 68 - São crimes de responsabilidade do Prefeito os atos previstos na legislação federal.

Art. 69 - O julgamento do Prefeito cabe ao Tribunal de Justiça do Estado;

SEÇÃO VI

Dos Auxiliares Diretos do Prefeito Municipal

Art. 70 - O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competência, deveres e responsabilidades.

Art. 71 - Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 72 - Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal deverão fazer declaração de bens no ato de sua posse em cargo ou função pública municipal e quando de sua exoneração.

SEÇÃO VII

Da Transição Administrativa

Art. 73 - Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entregar ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal que conterà, entre outras, informações atualizadas sobre:

I - Dívidas do Município por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito, informando sobre a capacidade da Administração Municipal realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II - Medidas necessárias à regulamentação das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III - Prestações de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções e auxílios;

IV - Situação dos contratos com concessionários e permissionários de serviços públicos;

V - Estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI - Transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênios;

VII - Projetos de Lei de iniciativa do Poder executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;

VIII - Situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício.

Art. 74 - É vedado ao Prefeito Municipal assumir por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de programas ou projetos após o término do seu mandato, não previstos na legislação orçamentária.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública.

§ 2º - Serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo deste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

SEÇÃO VIII

Da Consulta Popular

Art. 75 - O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distrito, cujas medidas deverão ser tomadas diretamente pela Administração Municipal.

Art. 76 - A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado inscrito no Município, no bairro ou no Distrito, com a identificação do título eleitoral, apresentarem proposição nesse sentido.

Art. 77 - A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de 2 (dois) meses após a apresentação da proposição, adotando-se cédula oficial em que constarão as palavras SIM e NÃO, indicando, respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

§ 1º - A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que comparecerem às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) da totalidade dos eleitores envolvidos.

§ 2º - Serão realizadas, no máximo 2 (duas) consultas por ano.

Art. 78 - O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular, que será considerada como decisão sobre a questão proposta, devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para sua consecução.

TÍTULO IV

Da Ordem Econômica e Social

CAPÍTULO I

Da Administração Municipal

Art. 79 - A administração Pública direta, indireta ou fundacional do Município obedecerá no que couber, ao disposto no Capítulo VII do título III da Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 80 - Os planos de Cargos e Salários e Carreira do Serviço Público Municipal serão elaborados de forma a assegurar aos servidores municipais remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a cargos de escalão superior.

§ 1º - O Município proporcionará aos servidores oportunidade de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem.

§ 2º - Os programas mencionados no parágrafo anterior terão caráter permanente. Para tanto, o Município poderá manter convênios com instituições especializadas.

Art. 81 - O Prefeito Municipal, ao prover os cargos em comissão e as funções de confiança, deverá fazê-lo de forma a assegurar que pelo menos 50% (cinquenta por cento) desses cargos e funções sejam ocupados por servidores de carreira técnica ou profissional do próprio Município.

Art. 82 - Um percentual não inferior a 5% (cinco por cento) dos cargos e empregos do Município será destinado a pessoas portadoras de deficiência, devendo os critérios para seu preenchimento serem definidos em Lei Municipal.

Art. 83 - É vedada a conversão de férias ou licenças em dinheiro, ressalvados os casos previstos na legislação federal.

Art. 84 - O Município assegurará a seus servidores e dependentes, na forma da lei Municipal, serviços de atendimento médico, odontológico e de assistência social.

Parágrafo Único - Os serviços referidos neste artigo são extensivos aos aposentados e aos pensionistas do Município.

Art. 85 - O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destas, de sistemas de previdência e assistência social.

Art. 86 - Os concursos públicos para preenchimento de cargos, empregos ou funções na Administração Municipal não poderão ser realizados antes de decorridos 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições, as quais deverão estar abertas por pelo menos 15 (quinze) dias.

Art. 87 - O Município, suas entidades da Administração indireta e fundacional, bem como as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

CAPÍTULO II

Dos Servidores Públicos Municipais

Art. 88 - O Município instituirá regime jurídico único e planos de carreiras para os servidores da Administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A Lei assegurará aos servidores da Administração direta, isonomia de vencimentos para cargo de atribuições iguais do mesmo poder ou entre servidores dos

Poderes Executivo e Legislativo, ressalvados os de caráter técnico, e as vantagens relativas à natureza ou local de trabalho.

§ 2º - Aplica-se a esses servidores o disposto nos itens IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXX do artigo 7º e os artigos 40 e 41 da Constituição Federal.

§ 3 - Fica assegurado aos Servidores Públicos Municipais os direitos garantidos pelos artigos 8º, 9º e 10 da Constituição Federal.

Art. 89 - O direito de greve assegurado aos Servidores Públicos Municipais não se aplica aos que exercem funções em serviços ou atividades essenciais, assim definidas em lei.

Art. 90 - Além da contribuição obrigatória para a aposentadoria dos servidor público, o Município poderá instituir a contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social, sendo facultado o direito de opção pelos servidores.

Parágrafo Único - Os servidores aposentados ficarão isentos da contribuição prevista no caput deste artigo.

Art. 91 - O Município garantirá proteção especial à Servidora Pública gestante, adequando e/ou mudando temporariamente suas funções, nos tipos de trabalho comprovadamente prejudiciais à sua saúde e a do nascituro.

Art. 92 - É facultado ao Servidor Público que não tenha cônjuge, companheiro, ou dependente, legar a pensão por morte a beneficiários de sua indicação, respeitadas as condições e a faixa etária previstas em lei para a concessão do benefício a dependentes.

Art. 93 - Nas transferências de cargos dos Servidores Públicos Municipais será exigida prévia habilitação em concurso de prova ou de provas e títulos.

CAPÍTULO III **Dos Atos Municipais**

Art. 94 - A publicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou, não havendo, em órgão da imprensa local.

§ 1º - No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será feita por afixação, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura Municipal ou da Câmara Municipal.

§ 2º - A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumido.

§ 3º - A escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais, será feito por meio de licitação em que se levarão em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Art. 95 - A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I - Mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) Regulamentação de Lei;
- b) Criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei;
- c) Abertura de créditos especiais e suplementares;
- d) Declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa;
- e) Criação, alteração e extinção de órgão da Prefeitura, quando autorizada em lei;
- f) Definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
- g) Aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- h) Aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- i) Fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
- j) Permissão para a exploração de serviços públicos e par uso de bens municipais;
- l) Aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- m) Criação, extinção, declaração ou modificações de direitos, dos administrados, não privativos de Lei;
- n) Medidas executórias do plano diretor;
- o) Estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativos de Lei;

II - Mediante portaria, quando se tratar de :

- a) Provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais;
- b) Lotação e relotação nos quadros de pessoal;
- c) Criação de comissão e designação de seus membros;
- d) Instituição e dissolução de Grupos de Trabalho;
- e) Autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;
- f) Abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- g) Outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo Único - Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

CAPÍTULO IV

Dos Tributos Municipais

Art. 96 - Compete ao Município instituir os seguintes tributos:

I - Imposto sobre:

- a) Propriedade predial e territorial urbana;
- b) Transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;
- c) Vendas no varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;
- d) Serviços de qualquer natureza, definidos em Lei Complementar.

II - Taxas, em razão de exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços específicos ou divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Art. 97 - A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a :

I - Esclarecimento dos contribuintes e das atividades econômicas;

II - Lançamento dos tributos;

III - Fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;

IV - Inscrição dos inadimplentes em dívida ativa a respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.

Art. 98 - O Município poderá criar colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias econômicas e profissionais, com atribuição de decidir, em grau de recursos, as reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias.

Parágrafo Único - Enquanto não for criado o órgão previsto neste artigo, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal.

Art. 99 - o Prefeito Municipal promoverá, periodicamente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais.

§ 1º - A base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - I. P. T. U. será atualizada anualmente, antes do término do exercício; podendo para tanto ser criada comissão da qual participarão, além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes, de acordo com decreto do Prefeito Municipal.

§ 2º - A Atualização da base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos a sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá se realizada mensalmente.

§ 3º - A atualização da base de cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.

§ 4º - A atualização da base de cálculo das taxas se serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocação à sua disposição, observados os seguintes critérios:

I - Quanto a variação de custos for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetária, poderá ser realizada mensalmente;

II - Quando a variação de custos for superior àqueles índices, a atualização poderá ser feita mensalmente até esse limite, ficando o percentual restante para ser atualizado por meio de lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente.

Art. 100 - A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais dependerá de autorização legislativa, aprovada por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 101 - A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que autoriza ser aprovada por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 102 - A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições, não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.

Art. 103 - É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes do imposto, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.

Art. 104 - Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vínculo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor dos créditos prescritos ou não lançados.

CAPÍTULO V Dos Preços Públicos

Art. 105 - Para obter o ressarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou de sua atuação na organização e exploração de atividade econômica, o Município poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único - Os preços devidos pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e serem reajustados quando se tornarem deficitários.

Art. 106 - Lei Municipal estabelecerá outros critérios para a fiscalização de preços públicos.

CAPÍTULO VI Dos Orçamentos

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 107 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - O Plano Plurianual;

II - As diretrizes orçamentárias;

III - Os orçamentos anuais;

§ 1º - O Plano plurianual compreenderá:

I - Diretrizes, objetivos e metas para ações municipais de execução plurianual;

II - Investimentos de execução plurianual;

III - Gastos com execução de programas de duração continuada.

§ 2º - As diretrizes orçamentárias compreenderão:

I - As prioridades da administração pública municipal, quer de órgão da administração direta, quer da administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - Orientação para elaboração da lei orçamentária anual;

III - Alteração na legislação tributária;

IV - Autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração; criação de cargos ou alteração de escritura de carreiras, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da administração direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas e as sociedades de economia mista.

§ 3º - O orçamento anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal da administração direta municipal, incluindo os seus fundos especiais;

II - Os orçamentos das entidades de administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;

III - O orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

IV - O orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculadas da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Municipal.

Art. 108 - Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal.

Art. 109 - Os orçamentos previstos no § 3º do artigo 107 serão compatibilizados com o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias, evidenciando os programas e políticas do Governo Municipal.

SEÇÃO II **Das Vedações Orçamentárias**

Art. 110 - São vedados:

I - A inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação da despesa, incluindo-se as autorizações para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratações de operações de crédito de qualquer natureza e objetivo;

II - O início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;

III - A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentárias originais ou adicionais;

IV - A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

V - A vinculação da receita de impostos a órgãos ou fundos especiais, ressalvada a que se destina à prestação de garantia a operações de créditos por antecipação da receita;

VI - A abertura de crédito adicionais suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VII - A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - A utilização sem autorização legislativa específica, de recursos de orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais;

IX - A instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem previa autorização legislativa.

§ 1º - Os créditos adicionais especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º - A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para tender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

SEÇÃO III

Das Emendas aos Projetos Orçamentários

Art. 111- Os Projetos de Lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º - Caberá à Comissão da Câmara Municipal:

I - Examinar e emitir parecer sobre os projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II - Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhar e fiscalizar as operações resultantes ou não da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão de Orçamento e Finanças, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma do Regimento Interno, pelo plenário da Câmara Municipal.

§ 3º - As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovados caso:

I - Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;
b) serviço de dívida;
c) transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas o pelo Poder Público Municipal.

III - Sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões;
b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 4º - As emendas ao Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, na Comissão de Orçamento e Finanças, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os Projetos de Lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviadas pelo Prefeito Municipal nos termos de Lei Municipal, enquanto não vigor a Lei Complementar de que trata o § 9º do artigo 165 da Constituição Federal.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos referidos neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos, que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do Projeto de Lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização legislativa.

SEÇÃO IV **Da Execução Orçamentária**

Art. 112 - A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para a execução dos programas nele determinados, observado sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 113 - O Prefeito Municipal fará publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 114 - As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I - Pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;
II - Pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo Único - O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizarão quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 115 - Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesa será emitido o documento Nota de Empenho, que conterà as características já determinadas nas normas do Direito Financeiro.

§ 1º - Fica dispensada a emissão da Nota de Empenho nos seguintes casos:

- I - Despesas relativas a pessoal e seus encargos;
- II - Contribuições para o PASEP;
- III - Amortização, juros e serviços de empréstimos e financiamentos obtidos;
- IV - Despesas relativas a consumo de água, energia elétrica, utilização dos serviços de telefone, postais e telegráficos e outros que vierem a ser definidos por atos normativos próprios.

§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os empenhos e os procedimentos de contabilidade terão a base legal dos próprios documentos que originam o empenho.

SEÇÃO V

Da Gestão da Tesouraria

Art. 116 - As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa única, regularmente instituída.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal poderá ter sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

Art. 117 - As disponibilidades de Caixa do Município e de suas entidades de Administração Indireta, inclusive dos fundos especiais e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em instituições financeiras oficiais.

Parágrafo Único - As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de Administração indireta poderão ser feitas através de rede bancária privada, mediante convênio.

Art. 118 - Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades Administrativas Diretas, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal, para socorrer as despesas miúdas de pronto pagamento definidas em lei.

SEÇÃO VI

Da Organização Contábil

Art. 119 - A Contabilidade do Município obedecerá, na organização do seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 120 - A Câmara Municipal poderá ter a sua própria Contabilidade.

Parágrafo Único - A Contabilidade da Câmara Municipal encaminhará as suas demonstrações até o dia 15 (quinze) de cada mês, para fins de incorporação à Contabilidade central na Prefeitura.

SEÇÃO VIII **Das Contas Municipais**

Art. 121 - Até 60 (sessenta) dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente as Contas do Município, que se comporão de:

I - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras de Administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

II - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da Administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias, instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

III - Demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

IV - Notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo;

V - Relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

SEÇÃO VII **Da Prestação e Tomada de Contas**

Art. 122 - São sujeitos à tomada ou à prestação de contas os agentes da administração municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

§ 1º - O Tesoureiro do Município, ou servidor que exerce a função fica obrigado à apresentação de boletim diário da Tesouraria que será afixado em local próprio na sede da Prefeitura Municipal.

§ 2º - Os demais agentes municipais apresentarão as suas respectivas prestações de contas até o dia 15 (quinze) do mês subsequente àquele em que o valor tenha sido recebido.

SEÇÃO IX **Do Controle Interno Integrado**

Art. 123 - Os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com o objetivo de:

I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da Administração Pública Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III - Exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

CAPÍTULO VII

Da Administração dos Bens Patrimoniais

Art. 124 - Compete ao Prefeito Municipal a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços desta.

Art. 125 - A alienação de bens municipais se fará de conformidade com a legislação pertinente.

Art. 126 - A afetação e a desafetação de bens municipais dependerá de lei.

Parágrafo Único - As áreas transferidas no Município em decorrência da aprovação de loteamentos serão consideradas bens dominiais, enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhes dêem outra destinação.

Art. 127 - O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir.

Parágrafo Único - O Município poderá ceder seus bens a outros entes públicos, inclusive os da administração indireta, desde que atendido o interesse público.

Art. 128 - O Município poderá ceder a particulares, para serviços de caráter transitório, conforme regulamentação a ser expedida pelo prefeito Municipal, máquinas e operadores da Prefeitura, desde que os serviços da Municipalidade não sofram prejuízos e o interessado recolha, previamente, a remuneração arbitrada e assine o termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 129 - A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominiais dependerá de lei e de licitação e fãr-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.

§ 1º - A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.

§ 2º - A permissão que poderá incidir sobre qualquer bem público será feita mediante licitação, a título precário e por decreto.

§ 3º - A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios.

Art. 130 - Nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá aceito seu pedido de exoneração ou rescisão, sem que o órgão responsável pelo controle dos bens

patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do município que estavam sob sua guarda.

Art. 131 - O órgão competente do Município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a abrir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

Art. 132 - o Município, preferentemente à venda ou à doação de bens móveis, concederá direito real de uso, mediante concorrência.

Parágrafo Único - A concorrência poderá ser dispensada quando o uso se destinar a concessionário de serviço público, a entidades assistenciais, ou verificar-se relevante interesse público na concessão, devidamente justificado.

CAPÍTULO VII DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 133 - É de responsabilidade do município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório.

Art. 134 - Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados será realizada sem que conste:

- I - O respectivo projeto;
- II - O orçamento do seu custo;
- III - A indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;
- IV - A viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;
- V - Os prazos para o seu início e término.

Art. 135 - A concessão ou a permissão de serviço público somente será efetivada com a autorização da Câmara Municipal e mediante contrato precedido de licitação.

§ 1º - Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - Os contratos firmados antes da promulgação desta lei serão respeitados.

§ 3º - Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e à fiscalização da Administração Municipal, cabendo ao Prefeito Municipal aprovar as tarifas respectivas.

Art. 136 - Os usuários estarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos na forma que dispuser a legislação municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a :

- I - Planos e programas de expansão dos serviços;
- II - Revisão da base de cálculo dos custos operacionais;
- III - Política tarifária;

- IV - Nível de atendimento da população em termos de quantidade e qualidade;
- V - Mecanismos para atenção de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive para apuração de danos causados a terceiros .

Parágrafo Único - Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade mencionada neste artigo deverá constar do contrato de concessão ou permissão.

Art. 137 - As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

Art. 138 - Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos entre outros:

- I - Os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidades;
- II - As regras para remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;
- III - As normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;
- IV - As regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior;
- V - A remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;
- VI - As condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

Parágrafo Único - Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do Poder Econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolística e ao aumento abusivo de lucros.

Art. 139 - O Município poderá revogar a concessão ou permissão dos serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento dos usuários.

Art. 141 - As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua administração descentralizada serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Parágrafo Único - Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão dos serviços.

Art. 142 - O Município poderá consociar-se com outros municípios para realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comum.

Parágrafo Único - O Município deverá propiciar meios para criação, nos consórcios, de órgãos consultivos constituídos por cidadãos não pertencentes ao serviço público municipal.

Art. 143 - Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para celebração do convênio.

Parágrafo Único - Na celebração do convênio de que trata este artigo deverá o Município:

- I - Propor os planos de expansão dos serviços públicos;
- II - Propor critérios para fixação de tarifas;
- III - Realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

Art. 144 - A criação pelo Município de entidade de administração indireta para execução de obras ou de prestação de serviços públicos só será permitida, caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

Art. 145 - Os órgãos colegiados das entidades de administração indireta do município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IX **Do Planejamento Municipal**

SEÇÃO I **Disposições Gerais**

Art. 146 - O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

Parágrafo Único - O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura locais e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

Art. 147 - O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, proporcionando que autoridades, técnicos do planejamento, executores e representantes da sociedade civil participem do debate sobre os problemas locais e alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

Art. 148 - O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

- I - Democracia e transferência no acesso às informações disponíveis;

II - Eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;

III - Complementariedade e integração de políticas, planos e programas setoriais;

IV - Viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliadas a partir do interesse social, da solução e dos benefícios públicos;

V - Respeito e adequação à realidade local e regional e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.

Art. 149 - A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão às diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanente, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário.

Art. 150 - O planejamento das atividades de Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

I - Plano Diretor;

II - Plano de Governo;

III - Lei de diretrizes orçamentárias;

IV - Orçamento anual;

V - Plano plurianual;

Art. 151 - Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local;

SEÇÃO II

Da Cooperação das Associações no Planejamento Municipal

Art. 152 - O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo, entende-se como associação representativa qualquer grupo organizado, de fins lícitos, que tenha legitimidade para representar seus filiados independentemente de seus objetivos ou natureza jurídica.

Art. 153 - O Município submeterá à apreciação das associações, antes de encaminhá-los à Câmara Municipal, os Projetos de Lei no plano plurianual, do orçamento anual e do plano diretor, a fim de receber sugestões quanto à oportunidade e o estabelecimento de prioridades das medidas propostas.

Parágrafo Único - Os projetos de que trata este artigo ficarão à disposição das associações durante 30 (trinta) dias, antes das datas fixadas para a sua remessa à Câmara Municipal.

Art. 154 - A convocação das entidades mencionadas neste capítulo far-se-á por todos os meios à disposição do Governo Municipal.

CAPÍTULO X **Das Políticas Municipais**

SEÇÃO I **Da Política de Saúde**

Art. 155 - A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, sem qualquer discriminação.

Art. 156 - Para atingir aos objetivos estabelecidos no artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios aos seu alcance:

I - Condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II - Investir, maciça e prioritariamente, na execução de saneamento básico e executar o desmembramento das redes pluviais das de esgoto;

III - Desenvolverá programas de saúde visando prevenção de doenças, através de campanhas educativas em todo o Município, podendo aproveitar pessoas disponíveis das comunidades com treinamento e aperfeiçoamento adequados;

IV - Criar usinas para tratamento do lixo, visando também o aproveitamento econômico sob forma de adubo orgânico, com reciclagem de outros materiais, e /ou, não permitirá depósito de lixo distante, senão no mínimo, 3 km (três quilômetros) das comunidades;

V - Fiscalizar e inspecionar alimentos, bem como bebidas e água para consumo humano;

VI - Controlar e fiscalizar a produção, transporte, guarda e utilização de substâncias, produtos psicoativos, tóxicos e radioativos, equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e outros de interesse para a saúde;

VII - Implantar serviços especiais de atendimento aos eficientes, viciados e idosos;

VIII - Fiscalizar, paralelamente, em apoio às atribuições do Ministério do Trabalho, nas medidas de prevenção e segurança nos locais de trabalho, orientando e prevenindo os riscos de acidentes e danos à saúde do trabalhador;

IX - Criar nos postos de saúde existentes e outros que deverão ser criados, atendimentos como: farmácias, odontologia popular gratuita de boa qualidade, integral e preventiva para atender à população urbana e rural de baixa renda;

X - Garantir assistência integral à saúde da mulher:

- a) Assistência à gestação, ao parto e ao aleitamento;
- b) Gratuidade em exames preventivos;

- c) Intensificar o programa educativo de orientação do planejamento familiar e controle da natalidade;
- d) Gratuitude e garantia de exames complementares.

Art. 157 - São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei sob sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Parágrafo Único - É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

Art. 158 - O município deverá estabelecer medidas de proteção à saúde dos cidadãos não fumantes em restaurantes, escolas, transportes coletivos, repartições públicas, cinemas, teatros, hospitais, postos de saúde e demais estabelecimentos de grande afluência de público.

Art. 159 - São atribuições do Município no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUDS;

I - Planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II - Planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde, em articulação com sua direção estadual;

III - Gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV - Executar serviços de :

- a) Vigilância epidemiológica;
- b) Vigilância sanitária;
- c) Alimentação e nutrição;

V - Dispor sobre a fiscalização e normalização da remoção de órgãos, tecidos e substâncias, para fins de transplantes, pesquisa especialmente sobre a reprodução humana e tratamento, vedada a sua comercialização;

VI - Incentivar, através de campanhas promocionais educativas e outras iniciativas, a doação de sangue;

VII - Planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com os Estado e a União;

VIII - Executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

IX - Fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar junto aos órgãos Estaduais e Federais competentes para controlá-las;

X - Formar consórcios intermunicipais de saúde;

XI - Gerir laboratórios públicos de saúde;

XII - Avaliar e controlar a execução de convênios e contratos celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

XIII - Autorizar a instalação de serviços privados de Saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

Parágrafo Único - O Município, na forma da lei, concederá estímulos especiais às pessoas que doarem órgãos passíveis de serem transplantados, quando da sua morte, com o propósito de restabelecerem funções vitais à saúde.

Art. 160 - As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo um Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Comando único exercido pela Secretaria Municipal de saúde ou equivalente;

II - Integridade na prestação das ações de saúde;

III - Organização de distritos sanitários com a locação de recursos técnicos e práticos de saúde adequados à realidade epidemiológica local;

IV - Participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle de política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal, de caráter deliberativo e paritário;

V - Direito do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes à promoção, proteção e recuperação de sua saúde e da coletividade.

Parágrafo Único - Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Diretor de Saúde e serão fixados segundo os seguintes critérios:

I - Área geográfica de abrangência;

II - Adscrição de clientela;

III - Resolutividade de serviços à disposição da população.

Art. 161 - O Prefeito convocará anualmente o Conselho Municipal de Saúde para avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade e fixará as diretrizes gerais da política de saúde do Município.

Art. 162 - A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde que terá as seguintes atribuições:

I - Formular a política Municipal de Saúde, a partir das diretrizes emanadas da conferência Municipal de Saúde;

II - Planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados à saúde;

III - Aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do plano Municipal de Saúde.

Art. 163 - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Art. 164 - O Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município, será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

§ 1º - Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde do Município, constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

§ 2º - O montante das despesas de saúde não será inferior a 20% (vinte por cento) das despesas globais do orçamento anual do Município.

§ 3º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

SEÇÃO II

Da Política da Educação

Art. 165 - A educação, direito de todos e dever do Município e da família, será promovida e incentivada com a participação da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício de cidadania, aprimoramento da democracia e dos direitos humanos, eliminação de todas as formas de racismo e de discriminação, qualificação para o trabalho e conveniência solidária a serviço de uma sociedade justa, fraterna, livre e soberana.

Art. 166 - O ensino será ministrado nas escolas Municipais, com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de idéias e coexistência de instituição pública e privada de ensino;
- IV - Gratuidade de ensino municipal em todos os níveis;
- V - Valorização do profissional de ensino, na forma da lei, plano de carreira para o magistério;
- VI - Implantação de programas suplementares de alimentação, assistência à saúde e material didático escolar;
- VII - Implantação de passagem escolar para os alunos das redes oficiais do Município.

Art. 167 - A participação da comunidade se dará através de deliberação do Conselho Municipal de Educação, dos Conselhos Escolares e das entidades civis envolvidas com a educação.

Parágrafo Único – A Lei regulará a composição, o funcionamento e as atribuições do Conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Escolares.

Art. 168 – O Município manterá prioritariamente:

I - A educação infantil e o ensino fundamental, com o estabelecimento progressivo do turno único;

II - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física e mental;

III - Ensino noturno, regular, adequado às condições do educando;

IV - O segundo segmento do primeiro grau onde se fizer necessário.

Art. 169 - A educação infantil abrangerá as classes do pré-escolar e creches, e o ensino fundamental abrangerá as classes seriadas e multi-seriadas do primeiro e do segundo segmento do primeiro grau, regulamentados pelas Leis, em regime diurno e noturno, constituindo responsabilidade prioritária do Município, não excluindo quando necessária a ação direta em assistência técnica e financeira da União e do Estado.

§ 1º - As empresas do Município, por força do art. 7º, inciso XXV das Constituição Federal, são obrigadas a manter creches e pré-escolas para os filhos de seus empregados desde o nascimento até (6) anos de idade, ou estabelecer convênio com a municipalidade em regime de cooperação mútua.

§ 2º - Os educadores e especialistas que atuarão nas creches e pré-escolas serão formados em cursos especializados e de nível médio ou superior e o seu ingresso será estabelecido pela legislação vigente.

Art. 170 - O Município garantirá às pessoas deficientes o direito de assistência educacional, gratuita e obrigatória, na educação de primeiro grau, sem limites de idade e, inclusive, acesso aos materiais e equipamentos necessários à reabilitação.

Art. 171 - Em consonância com a Constituição Estadual, fica assegurada a participação dos Poderes Públicos Municipais, para assistência ao indivíduo portador de deficiências, em postos de atendimentos com médicos, psiquiatras, psicólogos, fisioterapeutas e educadores.

Parágrafo Único - O Município garantirá prioridade de atendimento ao portador de deficiências.

Art. 171 - Serão fixados conteúdos significativos para o ensino fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos locais e nacionais, enfatizando a Ecologia e da Formação Cívica.

Parágrafo Único - Ensino religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Art. 172 - Serão fixados conteúdos significativos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos locais, regionais e nacionais, enfatizando a Ecologia e a Formação Cívica.

Parágrafo Único – Ensino religioso de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Art. 173 – O Município oferecerá, quando necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial em sistema de pólos específicos.

Art. 174 – A lei estabelecerá o Plano Municipal de Educação que terá a duração bianual, visando a articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do Poder Público que conduzem à:

- I – Erradicação do analfabetismo;
- II – Universalização do atendimento escolar;
- III – Melhoria da qualidade do ensino;
- IV – Formação para o trabalho;
- V – Promoção artística, científica e tecnológica do Município.

Art. 175 – O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo Único – A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade no atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Municipal de Ensino.

Art. 176 - O Prefeito fará publicar bimestralmente relatório de execução orçamentária da despesa com educação, discriminando gastos mensais, em especial na manutenção e conservação das escolas.

Art. 177 – A implantação de novas escolas urbanas e rurais da municipalidade se fará mediante recenseamento escolar **in loco**.

Art. 178- Compete ao Poder Público recensear os educandos do Ensino Fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 179 – O Poder Executivo submeterá à aprovação da Câmara Municipal, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), contados da vigência desta Lei, Projeto de Lei, estruturando o Sistema Municipal de Ensino, que conterà obrigatoriamente, a organização administrativa e técnico-pedagógica do órgão municipal de Educação, bem como, projetos de leis complementares que instituirão:

- I – O Plano de Carreira do Magistério Municipal;
- II – O Estatuto do Magistério Municipal;
- III – A organização da gestão democrática do ensino público municipal;
- IV – O Conselho Municipal de Educação;
- V – O Plano Municipal Plurianual de Educação.

Art. 180 – Ao Professor público municipal será assegurado atualização, reciclagem e treinamento na área pedagógica para garantir a qualidade do ensino.

Art. 181 – A Educação Física é considerada disciplina curricular regular e obrigatória nas Escolas Municipais, equipadas materialmente e com recursos humanos qualificados.

Art. 182 – É facultada a utilização das instalações dos estabelecimentos de ensino para as atividades das Associações com fins de estudos, bem como reuniões de interesse da comunidade.

Art. 183 – A gestão democrática do ensino público, na forma da Lei, atenderá às seguintes diretrizes:

- a) Participação da sociedade na formulação da política educacional e no acompanhamento de sua execução;
- b) Criação de mecanismo para prestação de contas à sociedade, da utilização dos recursos destinados à educação;
- c) Participação de estudantes, professores, pais e funcionários, através de funcionamento de Conselho Comunitário em todas as unidades escolares, com o objetivo de acompanhar o nível pedagógico da escola, segundo normas dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação;
- d) Os professores da Rede Municipal de Ensino somente entrarão em remoção ou transferência quando de seus próprios interesses.

Art. 184 – Os membros do Magistério Público não poderão ser afastados do exercício de regência de turma, salvo para ocupar funções diretiva ou chefia onde sejam absolutamente indispensáveis e exclusivamente na estrutura da Secretaria de Educação do Município.

SEÇÃO III **Da Política da Cultura**

Art. 185 – O Município garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura local, regional e nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, através de :

- I – Atuação do Conselho Municipal de Cultura;
- II – Articulação das ações governamentais no âmbito da cultura, da educação, dos desportos, do lazer e das comunicações;
- III – Criação e manutenção de espaços públicos devidamente equipados e acessíveis à população, para nas diversas manifestações culturais, inclusive através do uso de próprios municipais;
- IV – Estímulo à instalação de bibliotecas nas sedes do Município e Distritos;
- V – Incentivo ao intercâmbio cultural dos municípios fluminenses;
- VI – Promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura e da criação artística;
- VII – Criação de Escola de Arte Musical com o apoio da comunidade, entidade de classe e sindicatos;
- VIII – Instalação do Teatro Municipal;
- IX – Proteção das expressões culturais, incluindo todos os grupos participantes do processo cultural, bem como o artesanato.

Art. 186 – O Município zelará pelo seu Patrimônio Cultural e Natural, bem como, pelo acervo histórico e artístico, visando preservar a memória e as raízes culturais de sua população.

Art. 187 – Constituem o Patrimônio Cultural Municipal os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência e identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da Sociedade as quais incluem:

- I – As formas de expressão;
- II – Os modos de criar, de fazer e viver;
- III – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais;
- IV – As criações artísticas e tecnológicas;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Art. 188 – O Poder Público assegurará a criação do Conselho Municipal de Cultura com o objetivo de regulamentar, orientar e acompanhar a política cultural do Município que terá suas atribuições e composições definidas em lei, observando-se a representação das áreas de trabalhadores e empresários da Cultura.

Parágrafo Único – A lei disporá sobre a composição dos membros do Conselho Municipal de Cultura, devendo a indicação dos membros ser submetida à Câmara Municipal.

Art. 189 – O Poder Público, com a colaboração do Conselho Municipal de Cultura e a comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural do Município por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Art. 190 – O Município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 1º - Ao Município compete suplementar quando necessário, a Legislação Federal e a Estadual dispendo sobre a cultura.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município.

§ 3º - À Administração Municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dele necessitem.

Art. 191 – Os danos e ameaças ao Patrimônio Cultural serão punidos na forma da lei.

SEÇÃO IV **Da Política do Turismo, do Desporto e Lazer**

Art. 192- O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, cuidando para que sejam respeitadas as peculiaridades locais,

não permitindo efeitos desagregadores sobre a vida das comunidades envolvidas; assegurando sempre o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades onde vier a ser explorado.

Parágrafo único – O Município com base no inventário de seu potencial turístico, elaborará o plano diretor de turismo, para melhor execução da política de que trata este artigo.

Art. 193 – É dever do Município fomentar práticas desportivas formais e não formais, inclusive para pessoas portadoras de deficiências, como direito de cada um, observados:

- I – A destinação dos recursos públicos à promoção prioritária do desporto educacional;
- II – A proteção e o incentivo às manifestações esportivas locais;
- III – A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações quanto à sua organização e funcionamento;
- IV – O tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional.

Parágrafo Único – O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Art. 194 - O Poder Público incentivará as práticas desportivas, inclusive através de:

- I – Criação e manutenção de espaços adequados para práticas de esportes nas escolas e praças públicas;
- II – Promoção, em conjunto com outros municípios, de jogos e competições esportivas amadoras, inclusive de alunos da rede pública.

Art. 195 – A Educação Física é disciplina curricular, regular e obrigatória nos ensinos fundamental e médio.

Parágrafo Único – Nos estabelecimentos de ensino público e privado deverão ser reservados espaços para prática de atividades físicas, equipados materialmente e com recursos humanos qualificados.

Art. 196 – Os estabelecimentos especializados em atividades de Educação Física, esportes e recreação ficam sujeitos a registro, supervisão e orientação normativa do Poder Público.

SEÇÃO V

Da Política Econômica

Art. 197 – O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, agindo de modo a que as atividades econômicas realizadas em seu território contribuam para elevar o nível de vida e o bem-estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano.

Parágrafo Único – Para a consecução do objetivo mencionado neste artigo, o Município atuará de forma exclusiva ou em articulação com a União ou com o Estado.

Art. 198 – Na promoção do desenvolvimento econômico, o Município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de:

- I - Fomentar a livre iniciativa;

- II - Privilegiar a geração de emprego;
- III - Utilizar tecnologia de uso intensivo e mão-de-obra;
- IV – Racionalizar a utilização de recursos naturais;
- V – Proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;
- VI – Dar tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil, às microempresas e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidades econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes;
- VII – Estimular o associativismo, o cooperativismo e as microempresas;
- VIII - Eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica;
- IX – Desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outras esferas de Governo, de modo a que sejam, entre outros, efetivados:
 - a) Assistência técnica;
 - b) Crédito especializado ou subsidiado;
 - c) Estímulos fiscais e financeiros;
 - d) Serviços de suporte informativo ou de mercado.
- X – Proteger o meio ambiente.

Art. 199 – É de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimentos para formar e manter a infra-estrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privado para esse fim.

Parágrafo Único – A atuação do Município dar-se-á, inclusive, no meio rural, para fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecendo a necessária infra-estrutura destinada a viabilizar esse propósito.

Art. 200 – A atuação do Município na zona rural terá como principais objetivos:

- I – Oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão devida da família rural;
- II – Garantir o escoamento de produção, sobretudo o abastecimento alimentar;
- III – Garantir a utilização racional dos recursos naturais.

Art. 201 – Como principais instrumentos para o fomento da produção na zona rural, o Município utilizará a assistência técnica, a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais.

Art. 202 – O Município poderá consorciar-se com outras municipalidades com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas de interesse comum, bem como integrar-se em programas de desenvolvimento regional a cargo de outras esferas do Governo.

Art. 203 – O Município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

I – Orientação e gratuidade de assistência jurídica, independentemente da situação social e econômica do reclamante;

II – Criação de órgão no âmbito da Prefeitura ou da Câmara Municipal para defesa do consumidor;

III – Atuação coordenada com a União e o Estado.

Art. 204 – O Município dispensará tratamento jurídico diferenciado às microempresas de pequeno porte, assim definidas em legislação municipal.

Art. 205 – Às microempresas e às empresas de pequeno porte municipais serão concedidos os seguintes favores fiscais:

I – Isenção do Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS;

II – Isenção de Taxa de licença para localização de estabelecimento;

III – Dispensa da escrituração dos livros fiscais estabelecidos pela legislação tributária do Município, ficando obrigadas a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticarem ou que intervierem;

IV – Autorização para utilizarem modelos simplificado de notas fiscais de serviços ou cupom de máquina registradora na forma definida por instrução do órgão fazendário da Prefeitura.

Parágrafo Único – O tratamento diferenciado previsto neste artigo será dado aos contribuintes citados, desde que atendam às condições estabelecidas na legislação específica.

Art. 206 – O Município, em caráter precário e por prazo limitado, definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.

Parágrafo Único – As microempresas, desde que trabalhadas exclusivamente pela família, não terão seus bens ou os de seus proprietários sujeitos à penhora pelo Município para pagamento de débitos decorrente de suas atividades produtivas.

Art.207 – Os portadores de deficiências e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.

SEÇÃO VI **Da Política Urbana**

Art. 208 – A política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do Município.

Parágrafo Único – As funções sociais da cidade dependente do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos assegurando-se-lhes condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do Município.

Art. 209 – O plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município.

§ 1º - O plano Diretor fixará os critérios que assegurem a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, a proteção do patrimônio ambiental natural e construindo, e o interesse da coletividade.

§ 2º- O Plano Diretor deverá ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada.

§ 3º - O Plano Diretor definirá as áreas especiais de interesse social, urbanístico e ambiental, para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

§ 4º - O Plano Diretor disporá sobre a restauração do cais do rio Paraíba do Sul, bem como a urbanização de suas margens no perímetro urbano.

Art. 210 - Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanístico existente e à disposição do Município.

Art. 211 - O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições do Plano Diretor, programas de habitação popular destinados a melhorar as condições de moradia da população carente do Município.

§ 1º - A ação do Município deverá orientar-se para:

I – Ampliar o acesso a lotes mínimos dotados de infra-estrutura básica e servidos por transporte coletivo;

II – Estimular e assistir, tecnicamente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;

III - Urbanizar, regularizar e titular as áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização.

§ 2º - Na promoção de seus programas de habitação, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e, quando couber, estimular a iniciativa privada a contribuir para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população.

Art. 212 – O Município, em consonância com a sua política urbana e segundo o disposto em seu Plano Diretor, deverá promover programas de saneamento básico destinados a melhorar as condições sanitárias e ambientais das áreas urbanas e os níveis de saúde da população.

Parágrafo Único – A ação do Município deverá orientar-se para:

I – Ampliar progressivamente a responsabilidade local pela prestação de serviços de saneamento básico;

II – Executar programas de saneamento em áreas pobres, atendendo à população de baixa renda, com soluções adequadas e de baixo custo para o abastecimento de água e esgoto sanitário;

III – Executar programas de educação sanitária e melhorar o nível de participação das comunidades na solução de seus problemas de saneamento;

IV - Levar à prática, pelas autoridades competentes, tarifas sociais para os serviços de água.

Art. 213 - O Município deverá manter articulação permanente com os demais Municípios de sua região e com o Estado visando à racionalização da utilização dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

Art. 214 - O Município , na prestação de serviços de transporte público, fará obedecer os seguintes princípios básicos.

I - Segurança e conforto dos passageiros, garantindo, em especial, acesso às pessoas portadoras de deficiências físicas;

II – Prioridade a pedestres e usuários dos serviços;

III - Tarifa social, assegurada a gratuidade aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos;

IV - Integração entre sistemas e meios de transporte e racionalização de itinerários;

V – Participação das entidades representativas das comunidades e dos usuários no planejamento e na fiscalização dos serviços.

Art. 215 – O Município, em consonância com sua política urbana e segundo o disposto em seu Plano Diretor, deverá promover planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições do transporte público, da circulação de veículos e da segurança do trânsito.

SEÇÃO VII

Da Política do Meio Ambiente e Agropecuária

Art. 216 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - O Município em articulação com a União e o Estado, observadas as disposições pertinentes do artigo 23 da Constituição Federal, e artigo 258 da Constituição Estadual, desenvolverá as ações necessárias para o atendimento do previsto neste capítulo.

§ 2º - Para assegurar a efetividade desse direito incumbe ao Poder Público:

I – Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – Preservar diversidade e integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação do material genético;

III – Definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de Lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - Exigir, na forma da Lei, para instalação de obras ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará grande publicidade;

V – Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportam risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente;

VII - Proteger a flora e a fauna, vedadas na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem a extinção de espécie ou submetam os animais a crueldade;

VIII - Providenciar a imediata abertura das ruas que dão acesso às margens do Rio Paraíba do Sul, que ilegalmente tenham sido fechadas;

IX - Regularizar e regulamentar locais apropriados para o uso e colocação de cartazes de propaganda;

X - Determinar áreas próprias para instalação de trailers no Município;

XI - Providenciar melhoramentos e manutenção de todas as estradas rurais do Município, e alargamentos das vias de acesso para transporte de veículos maiores para o escoamento de produção e de transporte coletivos, evitando caminhões de bóias-frias;

XII – Incentivar os apiários do Município.

§ 3º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma de Lei.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 217 – Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização, o Município exigirá o cumprimento da legislação ambiental emanada da União e do Estado.

Art. 218 – O Município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental garantindo o amplo acesso dos interessados às informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.

Art. 219- Compete ao Município planejar o desenvolvimento rural, observando o disposto na Constituição Federal e Estadual, de forma a garantir o uso rentável e auto-sustentável de recursos disponíveis.

Art. 220 – O Município terá um plano de desenvolvimento agropecuário com programas anual e plurianual de desenvolvimento rural, elaborado e organizado pelo Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 1º - O programa de desenvolvimento rural será integrado por atividades agropecuárias, agro-industriais, reflorestamento, pesca artesanal, prevenção do meio ambiente e bem-estar social, incluídas as infra-estruturas físicas e de serviços na Zona Rural e o abastecimento alimentar.

§ 2º - O programa de desenvolvimento rural do Município assegurará aos pequenos e médios produtores rurais (proprietários ou não), pescadores artesanais, trabalhadores e suas associações, prioridades, incentivos e gratuidade do serviço de assistência técnica e extensão rural.

§ 3º - Para assegurar o bom desenvolvimento deste programa, o Poder Público garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos seguintes requisitos:

I –Aproveitamento racional e adequado das terras a serem cultivadas;

II – Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente na área utilizada para agricultura;

III – Controle e fiscalização sistemática do uso de agrotóxicos exigindo dos usuários o receituário agrônomo juntamente com laudo técnico.

Art. 221 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a criar Bolsa de hortifrutigranjeiro que será dirigida por um colegiado de produtores para evitar a especulação de intermediários.

Art. 222 – Fica o poder Público Municipal autorizado a criar um patrulha agrícola municipal, subordinada à Secretaria de Agricultura Municipal, para prestação de serviços aos pequenos e médios produtores, com maquinário agrícola e pesquisas do solo; com retorno de pagamento pelo serviço recebido, pelo sistema de quotas sobre a colheita.

Art. 223 – O Município dará, aos proprietários e trabalhadores rurais todo o apoio social necessário que deverão constar, além de outros, de :

- a) Assistência médico-odontológica ambulante, com profissionais qualificados, com atendimento semanal;
- b) Instituição de programa de ensino agrícola, para uma melhor produtividade;
- c) Incentivo à eletrificação rural;
- d) Transporte coletivo em ônibus das empresas concessionárias do Município;
- e) Escolas públicas nos locais em que não existirem;
- f) Sinal de televisionamento idêntico ao da Zona Urbana;
- g) Incentivo à telefonia rural;
- h) Criação de posto municipal de insumos agrícolas e agropecuários.

Art. 224 – O Município, em articulação e coparticipação com o estado e a União, garantirá:

- a) Apoio à geração, à difusão e implantação de tecnologia e adaptação às condições ambientais locais;
- b) Os mecanismos para a proteção e a recuperação dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente;
- c) As infra-estruturas físicas, viáveis, sociais e de serviços da Zona Rural, nelas incluídas a eletrificação, telefonia, armazenagem, irrigação e drenagem, estradas e transportes, mecanização agrícola, educação, saúde, segurança, assistência social e cultural, desporto e lazer;
- d) A organização do abastecimento alimentar.

Art. 225 – O Município promoverá o desenvolvimento da industrialização do leite, objetivando garantir ao produto oferecido para consumo melhores e substanciais qualidades nutritivas.

Art. 226 – A conservação do solo rural é de interesse público, impondo-se à coletividade e ao Poder Público o dever de preservá-lo, cabendo a este:

- a) Estabelecer regime de conservação do solo e elaborar normas de preservação dos recursos do solo e da água, assegurando o uso múltiplo desta;
- b) Desenvolver infra-estrutura física e social que garanta a produção agrícola e crie condições de permanência do homem no campo;
- c) Proceder planificação municipal de agricultura, para que haja um real aproveitamento do solo e a preservação das diversas espécies, tanto animais quanto vegetais;
- d) Esforços para a aquisição, pelo menos de um trator agrícola, favorecendo o pequeno lavrador;
- e) Criação do Conselho Municipal de Agricultura.

SEÇÃO VIII

Da Segurança Pública

Art. 227 – A Segurança Pública é dever do Município, nos termos do artigo 144 da Constituição Federal, nos limites de sua competência e possibilidades materiais.

Art. 228 – A Lei poderá criar , definindo-lhe as características organizacionais e atribuições, a Guarda Municipal, para a proteção dos bens, serviços e instalações do município .

Art. 229 – Para exercer atividades auxiliares e complementares de defesa civil, o Município poderá criar organizações de voluntários, que atuarão segundo os padrões do Corpo de Bombeiros e, de preferência, mediante convênio com o Estado.

Art. 230 – Fica criado o Conselho Municipal de Promoção de Direitos e Defesa da Criança e do Adolescente.

§ 1º - O Conselho responderá pela implementação da prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente, nos termos do art. 227 da Constituição Federal.

§ 2º - Para o cumprimento efetivo e pleno de sua missão institucional, o Conselho deverá ser:

I – Deliberativo;

II – Paritário: composto de representantes das políticas públicas e das entidades representativas da população;

III – Formulador de políticas, através de cooperação no planejamento Municipal (art. 204 da Constituição Federal);

IV - Controlador das ações em todos os níveis (Art. 204 da Constituição Federal);

V – Definidor do emprego dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

§ 3º - O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente mobilizará recursos do Orçamento Municipal das transferências estaduais e federais e de outras fontes (art. 195 e 204 da Constituição Federal). (4)

TÍTULO V **Disposições Finais e Transitórias**

Art. 1º - A remuneração do Prefeito Municipal não poderá ser inferior a remuneração paga ao servidor do Município, na data de sua fixação.

Art. 2º - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês, na forma que dispuser a Lei Complementar a que se refere o artigo 165 § 9º da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Até que seja editada a Lei Complementar referida neste artigo, os recursos da Câmara Municipal ser-lhe-ão entregues:

I – Até o dia 20 (vinte) de cada mês, os destinados ao custeio da Câmara;

II – Dependendo do comportamento da receita, também, os destinados às despesas de capital.

Art. 3º - Nos 10 (dez) primeiros anos de promulgação da Constituição Federal, o Município desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos a que se refere o artigo 212 da Constituição Federal, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, como determinado no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(4) Com a redação dada pela Resolução nº 568-A, de 27 de dezembro de 1990.

Art. 4º - O Plano Diretor, sendo o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, deverá ter seu anteprojeto encaminhado pelo Prefeito à Câmara Municipal, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da promulgação desta Lei, para sua posterior aprovação.

Parágrafo Único- No período que anteceder a implantação do Plano Diretor, caberá ao Prefeito a definição de áreas industriais, ambientais, urbanas e de expansão urbana, localização de distritos industriais e outros, ficando autorizado a conceder os competentes licenciamentos.

Art. 5º - A Câmara Municipal elaborará, em 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as Leis necessárias à execução desta Lei Orgânica, findos os respectivos Projetos serão incluídos na Ordem do Dia, sobrestando-se o curso de quaisquer outras matérias, exceto aquelas cuja deliberação esteja vinculada a prazo.

Art. 6º - Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao Patrimônio Municipal.

Art. 7º - O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 8º - Os cemitérios públicos do Município terão sempre caráter secular e serão administrados pela autoridade Municipal, sendo permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos.

Parágrafo Único- As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da Lei, manter cemitérios próprios fiscalizados, porém, pelo Município.

Art. 9º - O Município implantará o Conselho Municipal de Entorpecentes, dando ênfase à prevenção, tratamento especializado e reabilitação para pessoas dependentes de entorpecentes e drogas afins.

Art. 10 - O Município assegurará aos cidadãos os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, com o objetivo de promover o bem-estar, a justiça social e tudo o que estiver nos limites de sua competência, com a observância dos princípios inseridos na Constituição da república, que assim deverá:

I – Proporcionar uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

II – Assegurar a desenvolver a função social;

III – Organizar e prestar sempre à população os serviços públicos municipais.

Parágrafo Único – **O Município até a data em que se completar o primeiro ano da promulgação desta Lei Orgânica, promulgará Lei Municipal Ordinária definindo a estrutura, funcionamento, composição e recursos destinados ao funcionamento do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente. (5)**

Art. 11 – O Prefeito Municipal e os membros da Câmara de Vereadores prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município, no ato e na data de sua promulgação.

(5) Com a redação dada pela Resolução nº 568-A, de 27 de dezembro de 1990.

Art. 12 – O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuição nas escolas e entidades representativas da Comunidade, gratuitamente, de modo a que se faça a mais ampla divulgação de seu conteúdo.

Art. 13 – Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 05 DE ABRIL DE 1990.

Alexandre Gonçalves Ferreira Filho - Presidente

João José da Silva Leal - Vice-presidente

Laerte Nilto dos Santos - 1º Secretário

João Batista da Silva - 2º Secretário

Carlos Fernandes Domingues

Fernando José da Silva Leal

Yêda do Espírito Santo da Silveira

Jair Santana

José Geraldo Bernardes

José Carlos Ferreira Gonçalves

Maria Auxiliadora Guimarães Aguiar

Maria Minervina Dutra

Waldyr Ferreira Barbosa

